

Questões raciais e ação política: Charles Ribeyrolles, um jornalista no Brasil (1859)

Thais Gonsales Soares

Universidade Metodista de Piracicaba

Piracicaba - São Paulo - Brasil

thaisgonsalez@yahoo.com.br

Resumo: A questão principal a ser analisada neste artigo é o discurso sobre raças proposto pelo viajante e jornalista Charles Ribeyrolles no livro **Brasil Pitoresco**, publicado em 1859. Para tal, serão explorados sucintamente os temas centrais examinados pelo viajante que se relacionam ao discurso racial: a população, o governo e as relações de trabalho e produção no Brasil.

Palavras-chave: Discurso Racial. Viajante. Imigração.

Introdução

Ao longo do século XIX, momento de estabelecimento de limites entre as áreas de conhecimento, de grandes sínteses e especializações, notamos ainda discussões sobre a classificação não apenas da fauna e flora, mas também da espécie humana. Entre essas discussões, um dos temas fundamentais foi a hierarquização das raças que trazia consigo questionamentos sobre a superioridade ou inferioridade de cada uma das que eram submetidas à classificação.

O debate sobre raças adquiriu grande importância no período citado e diferentes opiniões eram emitidas sobre o assunto. O tema, porém, não era discutido apenas entre cientistas, pois grandes questões estavam envolvidas com a discussão, como por exemplo: o incentivo à imigração, os direitos de negros após o fim da escravidão, a organização do trabalho, entre outros.

Um dos viajantes que se propôs a estabelecer essa discussão no Brasil foi o jornalista Charles Ribeyrolles. De acordo com o prefácio de Affonso de Taunay da obra **Brasil Pitoresco**, Charles Ribeyrolles (1980, v. II, p. 12) nasceu na França, em 1812, terminou seus estudos clássicos em um seminário, seguindo para Paris, onde se revelou jornalista e militante a favor da república.

Com os conflitos de 1849 na França, foi deportado para Londres e após o golpe de Estado em 1851, mudou-se para Jersey. Retornou a Londres em 1855 e em 1858 viajou ao Brasil com o propósito de escrever **Brasil Pitoresco**. De acordo com Silva (2007, p. 52), Ribeyrolles veio ao Brasil a convite do francês e também militante republicano Victor Frond, que pretendia produzir um livro-álbum do país e o chamou para escrever o texto que acompanharia suas fotografias

A obra é dividida em dois volumes, sendo que o primeiro contém dois tomos. No primeiro tomo, Ribeyrolles se dedica à apresentação da história do Brasil, relatando sobre a chegada dos portugueses ao país e os “selvagens” aqui encontrados. Trata ainda sobre as minas, o processo de independência e o governo constitucional de D. Pedro II.

No segundo tomo, Ribeyrolles dispõe-se a narrar sua chegada ao Brasil, escreve sobre o Rio de Janeiro e seus arredores. É ao segundo volume de sua obra que mais atentaremos, pois é nesse que o autor expõe sua definição sobre as raças¹ existentes no país. Além das raças, outros temas também fazem parte desse volume, como a grande crítica que Ribeyrolles faz à falta de produção e de exploração das matérias naturais nas terras brasileiras, a falta de incentivo à imigração europeia e a crítica à escravidão.

A análise sobre as raças

O tema central do segundo volume de **Brasil Pitoresco** é o grande incentivo endossado pelo autor para a imigração ao país, que, segundo ele, possuía muitas terras não cultivadas pela pequena população aqui existente. É nesse contexto de estímulo à imigração que Ribeyrolles dedica um capítulo inteiro de seu livro à descrição da população brasileira. A primeira raça a que se refere são os índios.

Charles Ribeyrolles (1980, v. II, p.85) destaca o não interesse dos índios por “trabalhos regulares” e é muito enfático ao desconsiderá-los como aptos ao labor:

Na produção geral do país, que vale a participação dessas tribus do norte, do sul e do oeste? Quase nada. O grupo indígena é um contingente puramente decorativo, como a floresta, que nada produz.
(...) É força concordar que a população indígena, compreendendo os caboclos, não se eleva a mais de trezentas mil almas. (...)
Num país rico em terras e pobre de trabalhadores como no Brasil, semelhante efetivo, bem aparelhado, representaria uma força. Mas, como ficou dito, aos índios repugnam os trabalhos regulares e contínuos. Eles não compreendem as responsabilidades da vida social, não experimentam nenhuma das suas necessidades e das suas energias.

¹ Utilizaremos o termo “raça” sem aspas, pois é assim utilizado por Ribeyrolles.

Na sequência dessas considerações, o autor analisa a possibilidade de catequização ou civilização desses indígenas, reforçando sua incapacidade com os seguintes argumentos:

Será culpa desses miseráveis do deserto, da sua natureza selvagem, que não se adapta, não se disciplina? Deve-se concluir, como alguns homens de Estado, “pelo desaparecimento fatal e pela destruição absoluta desses povos?” Essa maneira de compreender e ajuizar os problemas humanos está tão generalizada na Europa como na América. São ideias que só se podem atribuir aos parvos e aos carrascos, que desprezam, ao mesmo tempo, a prudência e a piedade, o espírito e o coração.

O governo brasileiro não inscreve cada ano em seus orçamentos 80 contos de réis para a catequese (ou civilização) dos índios? É que compreendeu, como nós, que seria odioso nada tentar, e uma abstenção completa o tornaria cúmplice da violência de outros tempos, uma vez que lhe competem, no mesmo grau, o interesse e o dever. Neste caso, o governo procurou fazer justiça. Quis reunir, levantar, reparar. São empresas profundamente humanas. Mas a parcela é bem mesquinha em relação às circunstâncias locais. Ademais, as estradas são muito longas e os processos administrativos muito lentos.

Será, porém, que, catequisando-se os índios, entrarão eles nas cidades como fatores de seus produtos e de suas forças?

As raças decaídas, condenadas, vencidas tem direito dobrado à piedade. Sobretudo, os índios, que tanto têm sofrido. É mister atraí-los, ajudá-los, civilizá-los, preceito comum de justiça tardia. Não nos iludamos. A população indígena jamais será considerada como fração importante na oficina nacional. E o Brasil, que necessita de braços, deverá procurá-los em outra parte (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p.85-6. Grifo nosso).

Fica claro, portanto, que para Ribeyrolles não existia possibilidade para uma integração dos índios na sociedade e seu modo de trabalho. É possível perceber que, mesmo fazendo uma análise de supostas características de uma raça, o enfoque de Ribeyrolles é a grande preocupação com a produção no Brasil, preocupação essa que perpassa toda sua obra.

Entretanto, não podemos desprezar um elemento essencial dessa discussão. É evidente o incentivo dado por Ribeyrolles à imigração europeia ao país. O argumento de que a população brasileira não era capacitada o suficiente para cuidar de sua terra poderia ser um grande incentivo aos possíveis imigrantes. Vejamos algumas passagens que trazem esse caráter:

São Fidelis ainda lucraria em força e economia, se a civilização europeia viesse povoar e fertilizar as suas terras. Essas são boas, as florestas profundas e a planície, com o seu rio, em baixo, se estende até o mar. Achar-se-ia, por ventura, em outra parte situação e vias de transporte em condições mais felizes? (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p. 40-41).

Em diversas províncias, os cereais europeus dariam com maior facilidade. Mas como os cultivar? Os braços faltam aos cafeeiros como aos canaviais.

Mesmo as plantações indígenas vão sendo desprezadas. Não há trabalhadores! O problema da terra no Brasil repousa inteiro nessa questão. Como imprimir ao mais rico solo do planeta a força de população que ele reclama? Na Europa, o problema se concebe nestes termos: como dar a população, assaz considerável, a terra que lhe falta? Nos dois continentes, como se conclue, a oferta e a procura são contraditórias. Há aqui em abundância o que lá falta, e reciprocamente. Os termos são invertidos. Por isso mesmo, longe de se excluir, eles se atraem e se conciliam (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p.65).

Este estudo incompleto, e de um modo confuso, do horizonte brasileiro não passa de singelo esboço. Os esplendores do quadro exigem outra mão. Devia-se penetrar no segredo das suas energias, explorar suas minas, suas florestas, suas espécies botânicas, sondar a corola, examinar a fibra e o perfume, a casca e a folha. (...)

Não é, portanto, fácil fazer revelações nem pinturas, porém podiam-se indicar ao homem as estupendas fecundidades que o reclamam nessas solidões. Podiam-se assinalar à Europa as forças divinas da terra brasileira e declarar a todos, capitalistas, proletários, industriais, sábios e negociantes: “Vós que buscais os minerais preciosos, as madeiras de construção, os vales férteis, as plantas aromáticas, os sucos nutrientes ou misteriosos, as espécies e as permutas, obreiros de toda a ciência e de toda a luta, aí está a imensa floresta meridional que vos convida e vos dará todos os tesouros. Tellus alma parens!” (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p.79).

Essas passagens deixam evidente o propósito de Ribeyrolles com seu texto. A ideia de que Europa e Brasil se atraíam por necessidades complementares é defendida durante toda a obra e os índios, chamados por Ribeyrolles (1980, v. I, p. 36) de selvagens, não mereceriam nem um lugar na história do país. O jornalista afirma: “Que interesse haveria, com efeito, em fazer incluir na história cem tribus que só conduziam flechas, clavas, cocares, dentes, e crânios em colar?” Vale ressaltar que durante o período que permaneceu no Brasil, o viajante foi hospedado apenas por grandes fazendeiros e provavelmente não teve contatos significativos com indígenas.

Os negros, por sua vez, foram mais descritos por Ribeyrolles (1980, v. II, p.86), já que nas fazendas em que ficou era grande o contato com escravos negros. De acordo com o jornalista, “são estes os verdadeiros trabalhadores do grande império brasileiro” e os responsáveis pela produção do país.

O autor sustenta longas críticas à escravidão, que para ele, seria a culpada pelo pequeno número populacional do Brasil. Em suas palavras:

A campanha do fratricídio durou dois ou três séculos. De geração em geração, as legiões transportadas cresceram, e o solo brasileiro lhes deveu toda a sua cultura. Seus filhos nasceram na mesma miséria, viveram e morreram nos mesmo trabalhos. Os últimos que restam ainda se acham nos mesmos postos, nas mesmas condições. Que se tem feito por eles, pais ou filhos?

Serve-se deles a sociedade. Mas a lei só os reconhece como instrumento e mercadoria.

A religião os acolhe ao pé dos altares. Casa-os. Mas não lhes garante a família, a esposa, os filhos.

Eles plantam, semeiam, cultivam, colhem. Mas não têm direito ao salário, e nada lhes pode provir da terra. Nem garantias civis, nem direitos individuais, nem parte dos benefícios. Eles mesmos estão apropriados. Compreende-se que em tal situação os trabalhos tenham sofrido e a oficina brasileira definhado (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p. 90-92)

De acordo com Ribeyrolles, o sistema escravista seria também responsável pelo embrutecimento do negro, que além de possuir “uma natureza inferior”, seria ainda mais prejudicado por ser reconhecido apenas como instrumento e mercadoria. Vivendo sem lei, direito ou família, não foram edificados e, segundo Ribeyrolles (1980, v. II, p.92), sem a divisão do trabalho, a liberdade responsável e a organização dos serviços, o resultado seria a “morte da sociedade e das almas”.

Eis a obra do tráfico: um capital perdido e resultados insignificantes. Dupla carência.

Como explicar esses dois fenômenos? Devemos, como os colonos proprietários, acusar o trabalhador negro – sua indolência, seus vícios, sua natureza inferior? Ou, com os filantropos, acusar o colono proprietário, seu orgulho, suas violências, seus crimes? Certo, há uma parte de homens, escravos ou senhores, no déficit do capital e suas obras. Mas é preciso julgar de mais alto. O vício residia no organismo social. É essa instituição que põe tudo a perder: a escravidão.

Economicamente, que vale uma oficina construída pela violência e em centros selvagens? Em que lugar da terra e em que época se viram tribus transplantadas, cativas, ignorantes, iniciar-se nos ergástulos e conduzir a contento os serviços, as obras?(...) As duas primeiras leis do trabalho são a divisão das especialidades e a direção das forças. Ora, como dividir especialidades entre homens que não as possuem? Que direção científica esperar de senhores ociosos que só conhecem o chicote? Graças ao estado servil, ademais, perde o trabalho o seu caráter sagrado. Já não é uma função, uma tarefa humana, grande dever social, e sim a tortura, o opróbrio, o suplício. O escravo o evita ou suporta como um tormento. Os senhores o desprezam.

Produzi nessas condições! (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p.89-90).

Apesar de demonstrar os aspectos negativos da escravidão, reforçando-a como prejudicial aos negros e grande causa de sua degradação, Ribeyrolles também destaca as características negativas da própria raça, considerada inferior. Como citado acima, para o autor, os negros não teriam capacidade de conduzir serviços a contento.

Ribeyrolles (1980, v. II, p.51-2) menciona ainda as festas feitas pelos escravos nos sábados à noite e dias de folga, nas quais eram comuns a capoeira, o batuque e o lundu, caracterizados como: “alegrias grosseiras, volúpias asquerosas, febres libertinas, tudo isso é abjeto e triste; porém os negros apreciam essas bacanais, e outros tiram delas proveito”

Critica também as senzalas, mal asseadas e infectadas. Ribeyrolles (1980, v. II, p. 46) reconhece que muitos operários de Londres e Paris viviam na miséria e passavam

por dias de privação, mas afirma: “Lá o operário quando o trabalho o faculta, tem suas alegrias na família. Há flores na janela da mansarda, a comida fuma sobre a mesa, as crianças brincam satisfeitas. Livre e forte, o homem sente-se viver”. Destaca que, diferentemente dos escravos, nunca seriam vendidos sua esposa, mãe ou um filho.

Ao contrário desses operários, mesmo os escravos tendo “casa, a camisa, o feijão e o milho”, os pais não se entregariam à alegria do trabalho, já que nenhum interesse os ligava à terra e as mães não se preocupariam em manter seus filhos e a morada limpos, pois poderiam ser arrebatados pelo senhor a qualquer momento (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p. 46). Segundo Ribeyrolles, os escravos não falavam sobre o passado por lhes trazer dor e não teriam perspectivas de futuro.

Para o autor, é por essa característica extremamente negativa da escravidão, que embruteceria até o mais inferior, que os negros não se dedicariam à suas casas e filhos, não colocariam flores em suas janelas. É durante essas críticas que Ribeyrolles (1980, v. II, p. 46) utiliza uma frase que, posteriormente, passou a ser grande objeto de estudo: “Nas senzalas dos negros, nunca avistei uma flor. Não moram nela as esperanças e as recordações”.

Aqui devemos estabelecer um paralelo para demonstrar que, em contestação a essa ideia de Ribeyrolles, o historiador da escravidão Robert Slenes (1988, p. 197) desenvolveu uma longa pesquisa, publicada com o título **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**, na qual demonstra que, apesar de os livros de viajantes serem muito úteis quando descrevem aspectos da cultura material facilmente visíveis e pouco ambíguos, “são muito menos confiáveis, no entanto, quando opinam sobre a *vida íntima* de todo um grupo social, ainda mais de um grupo ‘exótico’ como os escravos”.

Slenes demonstra como o modelo de família europeia no século XIX, sustentado pela função moralizadora do trabalho livre que reunia a união da necessidade e do interesse evidenciava a noção de que uma família só se constituiria em sua plenitude quando fossem assegurados ao homem “seus ‘privilégios’ de esposo e pai”. No trabalho estaria a luta para assegurar o bem-estar familiar que sustentava, conseqüentemente, a luta pelo aumento do patrimônio. Slenes afirma: “O que temos aqui, então é um enunciado claro da ideia de que havia uma relação de apoio mútuo entre ‘família’ (definida como ‘família monogâmica e patriarcal’) e propriedade particular.” E prossegue,

(...) Cabe salientar que quem pensava em seus termos – como provavelmente era o caso da maioria dos viajantes e dos brasileiros ‘bem nascidos’ no século

XIX – teria tido uma enorme dificuldade em perceber, e muito mais em interpretar, as estratégias e projetos de vida íntima dos escravos (SLENES, 1988, p. 202).

Slenes (1988, p.190-191) destaca outros autores que assim como Ribeyrolles – alguns que escreveram décadas depois de **Brasil Pitoresco** –, partilhavam da mesma concepção do jornalista em relação à ideia de que os escravos viviam na “licenciosidade”, “promiscuidade” ou na “prostituição”, como por exemplo, Gilberto Freyre, Oracy Nogueira e Roger Bastide.

Baseado em uma longa pesquisa nos arquivos de São Paulo, Slenes (1988, p. 197-198) demonstra como uniões sexuais “de longa duração” eram bastante comuns entre os escravos, provando que a família negra não foi destruída como instituição e que a ideia de que as recordações e esperanças dos escravos eram inexistentes demonstra que dificilmente um viajante conseguia livrar suas observações de ideias pré-concebidas, sofrendo provavelmente de “preconceitos culturais”.

Estabelecido esse paralelo, passemos à análise que Ribeyrolles (1980, v. II, p. 93) propõe sobre os brancos encontrados no Brasil. O jornalista também faz dos brancos alvos de grandes críticas. Caracteriza-os com as seguintes palavras: “Os brancos são débeis, fruto do calor e da ociosidade”. É perceptível, portanto, que Ribeyrolles entende que o que causaria a suposta debilidade nos brancos seria o clima.

Outra grande crítica que o autor faz aos brancos refere-se às práticas religiosas. Ribeyrolles defende que os brancos não cumpririam com seu papel de “civilizadores” das raças inferiores. Vejamos a seguinte afirmação:

Os fazendeiros têm uma capela, ou pelo menos um altar, e alguns, em menor número, uma capela efetiva. Quase sempre padres sucursalistas ou vigários, que celebram, de dois ou de três em três domingos, as cerimônias sagradas. (...) Que pregam aos escravos esses pastores d'alma? A obediência absoluta, a humildade, o trabalho, a resignação. Alguns vão a ponto de dizer que os negros são filhos de Cam – filhos do maldito – e que para a sua raça condenada não há reabilitação possível. Dupla excomunhão: a de Adão e a do filho de Noé, a da alma e a da pele. (...) Sem despertar as paixões, sem exacerbar os ânimos, poder-se-iam alentar essas almas amortecidas e, sobretudo, consolá-las; porém, devo dizê-lo e o posso, por ter visto, lavar meu testemunho. Os padres católicos, no Brasil, não evangelizam: preenchem funções. Casam e batizam escravos. Não instruem nem protegem. Servem os senhores que os remuneram (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p. 47-48).

Ora, a debilidade dos brancos tenderia apenas a reforçar a necessidade defendida pelo autor da chegada de europeus para o crescimento positivo do país. Em suas palavras: “O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não

constituem um povo. O que lhe falta é o sangue, a ciência da Europa” (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p. 158).

Quanto aos mestiços, o jornalista considerava que essas “raças de sangue misturado” seriam adequadas ao clima do país e prossegue com elogios que chegam próximos à exaltação:

Conta o Brasil, em seus núcleos de população, raças de sangue misturado, os cruzados, os mestiços, desde o quarteirão, de perfil caucásico, até o cholo, de olho chinês como sua mãe cabocla. É um forte e numeroso exército, rico de energias, adequado ao clima, apto aos trabalhos rudes, que deve à sua origem as duas qualidades essenciais em todo o país velho ou novo: a inteligência e o vigor.

Os negros, dizem, são embrutecidos, e não o podiam ser menos sob certo regime. Os brancos são débeis, fruto do calor e da ociosidade. Os mestiços, porém, híbridos quanto à cor, têm o espírito ativo e forte o músculo. Natureza complexa maravilhosamente dotada. Filha do trabalho, ela apresenta o germe de todas as forças; congênere superior, está aberta a todas as culturas.

O que aqui fica não é utopia de artista ou simples fantasia. A história o proclama. Fatos reais o provam. Quais foram, há três séculos, os primeiros e mais audazes pioneiros do Brasil? Os mamelucos de S. Paulo, filhos de índia e português. Quem se depara hoje entre os melhores contramestres, os médicos mais instruídos, os advogados mais hábeis e retóricos, os mais finos diplomatas e os mais argutos administradores? Mulatos. Eles se acham em toda a parte. Nos bancos, nas oficinas, nas funções civis, nos empregos públicos, nos museus, nas cátedras, no governo. Formam a verdadeira burguesia brasileira e diz-se mesmo que eles sonham com o império (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p. 92-93).

A única queixa que Ribeyrolles (1980, v. II, p. 93) faz aos mestiços é por não terem se dedicado ao trabalho no campo. O autor informa que eles se afastaram da terra para buscarem os cargos públicos ou indústrias privadas. Reforça ainda a inteligência dessas pessoas, ressaltando que “concorre[m] eficazmente para os diplomas, as eleições, as magistraturas, deixando o campo para os escravos, os agregados e os pobres”.

Entretanto, mesmo criticando a busca pelos trabalhos longe da terra, ou, nas palavras do autor, a “febre de ambições políticas”, Ribeyrolles (1980, v. II, p. 93) reconhece que essa prática teria sua justificativa, já que os mestiços provavelmente possuíam membros de suas famílias como escravos e ainda estariam presos “à raça servil pela cor”.

A imigração e o incentivo político

O relato de Charles Ribeyrolles (1980, v. II, p. 148) revela-se como uma importante contribuição para demonstrar a diversidade de opiniões existentes sobre as ‘raças’. É óbvio que não fica excluída de seu relato a clara intenção política de trazer os europeus para o país, que, segundo ele, carecia do “sangue e da ciência da Europa”. Assim, o problema da falta de terra na Europa estaria resolvido, assim como a falta de trabalhadores para as terras brasileiras.

De certo modo, podemos perceber que um suposto argumento científico (a incapacidade das raças de cuidar da terra), serviu para legitimar uma ação política. Afirmamos que se tornou uma ação política, pois não podemos deixar de fazer referência ao final de **Brasil Pitoresco**, no qual Ribeyrolles explica a situação da vinda de muitos imigrantes ao país e informa também sobre ações governamentais de incentivo à imigração. Relatando sobre as iniciativas privadas de incentivo aos imigrantes que fracassaram, faz praticamente uma intimação ao governo nacional:

No estado de crise em que se acha a operação colonial, depois das últimas campanhas, e desde que a confiança ganhou as populações da Europa, e que diversos Estados têm proibido a emigração para o Brasil, quem melhor do que o governo podia desarmar as suspeitas e levantar os créditos da colonização? Onde se poderia achar mais altas e mais sérias garantias, a não ser em sua iniciativa, em sua direção, em sua responsabilidade? (...) Somente o governo é capaz de fazer com proveito e com autoridade estas duas propagandas: uma que acordaria o país do seu sono, a outra que congararia a Europa. (...) Deixemos, pois, ao governo a colonização (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p. 183-184).

Afirma ainda que o incentivo à imigração “é um interesse do Império, uma missão do Estado, um dever do Governo” (RIBEYROLLES, 1980, v. II, p. 186).

Ilka Boaventura Leite (1996) traça um panorama no qual podemos identificar perfeitamente as intenções de Ribeyrolles, comuns à sua época. De acordo com a autora, a temática do negro – e acréscimo, também dos índios e mestiços –, nos relatos de viagem seguiram o curso dos acontecimentos que marcaram o país no século XIX. Para Leite, os principais temas enfocados na segunda metade do século foram:

- a) A imigração de europeus e asiáticos, como substituição de alternativa de mão-de-obra escrava;
- b) A supressão definitiva do tráfico e a gradativa escassez de escravos;
- c) As discussões acerca da abolição definitiva – as sociedades abolicionistas, a miscigenação como decorrência do sistema escravocrata e as relações “raciais” como pano de fundo das discussões sobre os conflitos e desigualdades sociais (LEITE, 1996, p. 113).

Como afirma a autora, a diferenciação temática responde ao contexto histórico específico de cada autor e época. Podemos notar que o relato de Ribeyrolles pode se enquadrar nas duas primeiras alternativas dadas por Leite, conjugando o incentivo à imigração frente à diminuição dos escravos.

Ribeyrolles, na condição de viajante, traduzia as discussões em pauta no país e os discursos sobre raças não deixou de ser relatado. Desse modo, podemos perceber o quanto a análise sobre as raças estava vinculada a outras questões que não apenas o simples interesse científico. Esse fator é um dos que explicam como as “raças” presentes no Brasil puderam ser vistas e analisadas de modos distintos pelas personalidades que visitaram o país no período.

Considerações finais

Mary Louise Pratt (1999) propõe um conceito importante em seu livro **Os olhos do império**, quando trata da ideia de “anticonquista”. Para Pratt, não é possível negar a existência de uma interligação entre a história natural e o expansionismo político e econômico europeu. A autora sugere ainda que a história natural elaborou “um entendimento racionalizador, extrativo, dissociativo que suprimiu as relações funcionais, experiências entre as pessoas, plantas e animais” e essa produção de conhecimento resultou numa apropriação do planeta “totalmente benigna e abstrata”. Segundo a canadense, esse processo criou

uma visão utópica e inocente da autoridade mundial europeia, à qual me referi como uma anticonquista. O termo pretende enfatizar o significado relacional da história natural, a extensão em que ele se tornou significativo, especialmente em contraste com uma presença expansionista, a princípio imperial e pré-burguesa (PRATT, 1999, p. 78).

Ou seja, para Pratt (2005, p. 5), a retórica da anticonquista demonstraria “uma postura de inocência onde o agente invisibiliza os aparatos imperiais que produzem sua mobilidade”.

É interessante pensarmos nessa perspectiva quando analisamos a obra de Ribeyrolles, pois apesar de não ser naturalista e não partilhar do discurso da história natural, o jornalista também propôs um entendimento racionalizador e dissociativo do

país, analisando sua população, seu governo e principalmente, sua produção – ou a falta dela.

A defesa da imigração de europeus para o Brasil justificava-se, para o jornalista, tanto pelo aumento da produção brasileira e a diminuição do número de europeus sem trabalho, quanto por uma necessidade que o país tinha do “sangue e da ciência da Europa”. Fica evidente que, no caso do jornalista, o discurso racial legitimava as ações propostas. Assim como afirma Chartier (1990, p. 17),

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Nessa perspectiva, compreendendo a ciência como um fenômeno social fica evidente que o contexto específico em que viveu e escreveu Ribeyrolles auxilia-nos para uma melhor compreensão sobre as ideias que sustentou e a representação das raças proposta para os que encontrou no Brasil.

LES QUESTIONS RACIALES ET L'ACTION POLITIQUE: CHARLES RIBEYROLLES, UN JOURNALISTE AU BRESIL (1859)

Résumé: La principale question à être analysée dans cet article est le discours sur les races proposé par le voyageur et journaliste Charles Ribeyrolles, dans son livre **Brésil Pittoresque**, publié en 1859. Pour cela, nous allons explorer succinctement les thèmes centraux examinés par le voyageur qui se rapportent aux discours racial: la population, le gouvernement et les relations de travail et de la production au Brésil.

Mots-clés: Discours Racial. Voyageur. Immigration.

Referências

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil pitoresco**: história, descrição, viagens, colonização, instituições. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da Viagem: Os Negros em Relatos do Século XIX**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: Relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

_____. Entrevista. **Revista Habitus**. Vol. 3, n. 1, 2005. Disponível em: [\[http://www.ifcs.ufrj.br/~habitus/pdf/3pratt.pdf\]](http://www.ifcs.ufrj.br/~habitus/pdf/3pratt.pdf). Acesso em 01/11/2009.

SILVA, Maria Antonia Couto da. Imagens de permanência: considerações acerca do álbum Brasil Pitoresco de Charles Ribeyrolles e Victor Frond. **Revista de História da Arte e Arqueologia**. Unicamp, N. 8, Jul-Dez/2007.

SLENES, Robert W. “Lares Negros, Olhares Brancos: História da família escrava no século XIX”. **Revista Brasileira de História**, vol. 8, n. 16. São Paulo: Mar/Ago 1988.

SOBRE A AUTORA

Thais Gonsales Soares – Mestranda em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); bolsista do CNPQ.

Recebido em 23/11/13

Aceito em 26/12/13